Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021 7

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 62

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 63

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 64

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.094.242
Preferenciais	4.094.242
Total	8.188.484
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.976.613	3.109.469
1.01	Ativo Circulante	205.745	411.029
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	167.999	375.706
1.01.03	Contas a Receber	28.098	27.193
1.01.03.01	Clientes	28.098	27.193
1.01.04	Estoques	3.955	2.004
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.319	1.152
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.319	1.152
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.311	4.859
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	63	115
1.01.08.03	Outros	63	115
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	63	115
1.02	Ativo Não Circulante	2.770.868	2.698.440
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	414.513	388.800
1.02.01.04	Contas a Receber	17.253	19.637
1.02.01.04.02	Depósitos judiciais	17.253	19.637
1.02.01.07	Tributos Diferidos	397.251	369.154
1.02.01.07.01	Impostos diferidos ativos	397.251	369.154
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1.02.01.10.03	Outros	9	9
1.02.03	Imobilizado	14.598	6.170
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.598	6.170
1.02.04	Intangível	2.341.757	2.303.470
1.02.04.01	Intangíveis	2.341.757	2.303.470
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.170.693	2.136.475
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	171.064	166.995

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.976.613	3.109.469
2.01	Passivo Circulante	339.339	309.309
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.340	6.289
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.340	6.289
2.01.02	Fornecedores	27.581	28.287
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.224	4.292
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	126.486	256.251
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	103.963	129.041
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	103.963	129.041
2.01.04.02	Debêntures	22.523	127.210
2.01.05	Outras Obrigações	10.676	14.190
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	348	262
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	348	262
2.01.05.02	Outros	10.328	13.928
2.01.05.02.04	Concessão de serviço público	1.292	1.157
2.01.05.02.05	Outros	564	74
2.01.05.02.06	Receita Acessória Antecipada	8.472	12.697
2.01.06	Provisões	160.032	0
2.01.06.02	Outras Provisões	160.032	0
2.01.06.02.04	Provisões para manutenção	160.032	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.199.909	1.313.625
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.066.618	1.027.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	141.286	170.607
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	141.286	170.607
2.02.01.02	Debêntures	925.332	857.262
2.02.04	Provisões	97.277	248.831
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	83.638	82.854
2.02.04.02	Outras Provisões	13.639	165.977
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	13.639	165.977
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	36.014	36.925
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	36.014	36.925
2.02.06.02.01	Receita Acessória Antecipada	36.014	36.925
2.03	Patrimônio Líquido	1.437.365	1.486.535
2.03.01	Capital Social Realizado	1.727.500	1.560.500
2.03.02	Reservas de Capital	493.200	660.200
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	493.200	660.200
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-783.335	-734.165

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	166.384	445.127	124.038	331.279
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-119.562	-335.937	-92.460	-258.664
3.03	Resultado Bruto	46.822	109.190	31.578	72.615
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.285	-35.624	-10.243	-29.172
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.319	-35.747	-10.253	-29.282
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	34	123	10	110
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.537	73.566	21.335	43.443
3.06	Resultado Financeiro	-54.679	-150.833	-39.253	-95.518
3.06.01	Receitas Financeiras	5.033	10.290	912	2.838
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.712	-161.123	-40.165	-98.356
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.142	-77.267	-17.918	-52.075
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.176	28.097	1.318	3.956
3.08.02	Diferido	7.176	28.097	1.318	3.956
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-12.966	-49.170	-16.600	-48.119
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-12.966	-49.170	-16.600	-48.119
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,002	-0,006	-0,002	-0,007
3.99.01.02	PN	-0,002	-0,006	-0,002	-0,007
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,002	-0,006	-0,002	-0,007
3.99.02.02	PN	-0,002	-0,006	-0,002	-0,007

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-12.966	-49.170	-16.600	-48.119
4.03	Resultado Abrangente do Período	-12.966	-49.170	-16.600	-48.119

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	180.148	141.313
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	202.426	167.626
6.01.01.01	Depreciação e amortização	98.059	89.224
6.01.01.02	Baixa imobilizado e intangível	1.079	94
6.01.01.03	Provisão manutenção	24.551	24.551
6.01.01.04	Custo de captação amortizado das debêntures	6.034	5.406
6.01.01.06	Provisão risco processual	1.649	10.431
6.01.01.07	Variação monetária e encargos	148.321	89.995
6.01.01.08	Prejuízo antes dos impostos	-77.267	-52.075
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-22.768	-27.396
6.01.02.01	Contas a receber	-905	-2.020
6.01.02.02	Estoque	-1.951	-174
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-2.167	1.658
6.01.02.04	Depósitos judiciais	2.384	-1.069
6.01.02.05	Adiantamentos	2.548	-1.252
6.01.02.06	Partes relacionadas	138	-3.842
6.01.02.07	Fornecedores	-9.165	-25.611
6.01.02.08	Obrigações empregados e administradores	3.051	1.510
6.01.02.09	Tributos a recolher	932	1.484
6.01.02.10	Receita diferida	-911	1.928
6.01.02.11	Pagamento outorga variável	135	-8
6.01.02.12	Consumo da provisão para manutenção	-16.857	0
6.01.03	Outros	490	1.083
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-259.227	-144.625
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-10.675	-867
6.02.02	Aquisição de intangível	-131.809	-59.749
6.02.03	Aplicações financeiras	-116.743	-84.009
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-128.628	43.860
6.03.01	AFAC	0	136.000
6.03.02	Pagamento de dívida	-103.727	-63.216
6.03.03	Juros e remuneração sobre dívida	-24.901	-28.924
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-207.707	40.548
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	375.706	21.787
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	167.999	62.335

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.04	Transações de Capital com os Sócios	167.000	-167.000	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	167.000	-167.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-49.170	0	-49.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-49.170	0	-49.170
5.07	Saldos Finais	1.727.500	493.200	0	-783.335	0	1.437.365

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	167.000	0	-937.258	0	790.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	167.000	0	-937.258	0	790.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	136.000	0	0	0	136.000
5.04.08	AFAC	0	136.000	0	0	0	136.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-48.119	0	-48.119
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.119	0	-48.119
5.07	Saldos Finais	1.560.500	303.000	0	-985.377	0	878.123

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	474.518	356.398
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	339.981	290.508
7.01.02	Outras Receitas	123	110
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	134.414	65.780
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-222.975	-160.214
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-88.561	-94.434
7.02.04	Outros	-134.414	-65.780
7.02.04.01	Custo de construção	-134.414	-65.780
7.03	Valor Adicionado Bruto	251.543	196.184
7.04	Retenções	-98.059	-89.221
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-98.059	-89.221
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	153.484	106.963
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.290	2.838
7.06.02	Receitas Financeiras	10.290	2.838
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	163.774	109.801
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	163.774	109.801
7.08.01	Pessoal	31.158	22.237
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.496	16.340
7.08.01.02	Benefícios	5.894	4.757
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.592	1.093
7.08.01.04	Outros	176	47
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.203	34.003
7.08.02.01	Federais	-9.855	11.416
7.08.02.02	Estaduais	10.199	8.833
7.08.02.03	Municipais	16.859	13.754
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	164.583	101.680
7.08.03.01	Juros	154.354	95.401
7.08.03.02	Aluguéis	3.460	3.323
7.08.03.03	Outras	6.769	2.956
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-49.170	-48.119
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-49.170	-48.119

CART

SEMPRE EM EVOLUÇÃO



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

3T21

DESTAQUES

AUMENTO DE 10,6% NOS VEPs* DO 3T21 COMPARADO AO 3T20 ***VEPs => Veículos equivalentes pagantes***	No 3º trimestre do ano a CART registrou 13,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 10,6% na comparação com o mesmo período de 2020. A performance de veículos pesados representa cerca de 72,0% do tráfego e apresentou aumento de 10,0%. Em veículos leves o aumento foi de 12,2% comparado ao 3T20. A variação positiva refere-se o retorno gradativo do tráfego, devido a campanha de vacinação da COVID-19 em todo o país.
AUMENTO DE 20,9% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA* NO 3T21 COMPARADA AO 3T20 *** Receita líquida ajustada => Exclui a receita de construção***	O aumento da receita líquida ajustada foi impactado, principalmente, pela recuperação do tráfego na rodovia (conforme explicação no quadro anterior)
AUMENTO DE 30,1% NO EBITDA AJUSTADO DO 3T21 COMPARADO AO 3T20	O aumento no EBITDA do 3T21 está relacionada ao aumento de 20,9% na receita líquida ajustada (conforme explicação nos quadros anteriores).
AUMENTO DE 39,3% NO RESULTADO FINANCEIRO DO 3T21 COMPARADO AO 3T20	A piora no resultado financeiro está relacionado ao aumento nos índices macroeconômicos do período.
O RESULTADO DO 3T21 FICOU NEGATIVO EM R$ 13,0 MILHÕES	Em comparação com o 3T20, o prejuízo do 3T21 diminuiu conforme evidenciado nos quadros anteriores.

Desempenho Operacional (Mil)	3T21	3T20	Δ	9M21	9M20	Δ
VEPs[1]	**13.940**	**12.603**	**10,6%**	**38.753**	**34.484**	**12,4%**
Veículos Leves	3.910	3.483	12,2%	10.765	10.015	7,5%
Veículos Pesados	10.030	9.120	10,0%	27.988	24.469	14,4%
Tráfego[2]	**6.315**	**5.684**	**11,1%**	**17.508**	**16.014**	**9,3%**
Veículos Leves	3.953	3.527	12,1%	10.895	10.147	7,4%
Veículos Pesados	2.244	2.048	9,6%	6.280	5.554	13,1%
Veículos Isentos	117	109	7,8%	333	313	6,2%
Tarifa Média (R$)	**8,83**	**8,06**	**9,6%**	**8,04**	**8,04**	**0,0%**

[1] VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

[2] Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Bauru,16 de novembro de 2021 a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, divulga os resultados do 3T21. Foram realizadas comparações com o mesmo período de 2020, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia pelo novo Corona vírus, causador da COVID-19. Esta declaração desencadeou uma série de decisões governamentais, atingido entidades públicas e privadas, para conter o avanço do vírus. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, com orientação para o isolamento social, dentre outras que impactaram diretamente os negócios da Companhia.

A Companhia obteve uma recuperação nos veículos equivalentes pagantes - VEP, na ordem de 10,6%. A performance de veículos pesados representa cerca de 72,0% do tráfego e apresentou aumento de 10,0%. Em veículos leves o aumento foi de 12,2% comparado ao 3T20. A variação positiva refere-se o retorno gradativo do tráfego, devido a campanha de vacinação da COVID-19 em todo o país (em razão da pandemia COVID-19 que se iniciou na 2ª quinzena de mar/20, com pico negativo no tráfego nos meses de abril a julho).

A Companhia está fazendo o necessário para manter a correta operação e manutenção do negócio, bem como garantir os empregos.

O propósito da Companhia, em meio a uma das maiores crises já vivenciadas na história mundial, é manter o atendimento à sociedade, cuidando do principal ativo, que são as pessoas.

A despeito dos inúmeros estudos que vêm sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, principalmente, em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. Assim sendo, ainda não é possível precisar quando os níveis de normalidade nas operações serão efetivos.

Com o suporte da Infraestrutura Brasil Holding S.A. – IBH II -, a Companhia está acompanhando a COVID-19 e as medidas do Governos Federais e Estaduais, buscando através dos canais de comunicação a lisura com colaboradores, *stakeholders* e com o mercado em geral, serão mantidos, mesmo que à distância.

Em linha com a Recomendação nº 2 do CODIM (Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado), abaixo, a Companhia está lidando com a situação causada pelo Corona vírus, e divulgando como os seus negócios estão afetados.

Por fim, a Companhia informa que seus canais de comunicação indicados ao final deste release estão disponíveis para maiores informações, para sanar dúvidas e prestar esclarecimentos necessários.

Recomendações CODIM nº 2

INFORMAÇÕES RELEVANTES A SEREM COMUNICADAS A PÚBLICO

Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia instaurou um Comitê que acompanha diariamente os impactos do Corona vírus para os negócios. Este Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira do Grupo, e através do Diretor de Relações com Investidores, tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19, utilizando, para isso, os meios legais de comunicação previstos na Instrução CVM 358/02, quais sejam Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes, publicados na página de relações com investidores da Companhia e também disponíveis nos websites da CVM e da B3. A cada novo evento ou ocorrência relevante para os negócios da Companhia, bem como os relacionados aos efeitos do Corona vírus, a área de RI avalia a necessidade de divulgação das atualizações sobre o assunto ao mercado e propõe ao Diretor de Relações com Investidores a referida publicação.

Reflexos esperados nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia:

Para as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 2020, que devem ser lidas em conjunto com esta Informação Contábil Intermediária, a Companhia considerou os efeitos relacionados à propagação do Corona vírus como nota explicativa, vide item 1.2 EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19, uma vez que o anúncio da OMS de que a COVID-19 é uma emergência de saúde global, realizado em 11 de março de 2020, desencadeou uma série de decisões emanadas pelos entes da Federação – União, Estados e Municípios -, abrangendo entidades públicas e privadas, consequentemente, toda a sociedade, para conter o avanço do vírus.

Para estas Informações Contábeis Intermediárias do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021, estão contemplados os resultados dos efeitos ocorridos em função da pandemia do novo Corona vírus. Entretanto, não houve efeitos relevantes nessas Informações Contábeis Intermediárias, exceto quanto à:

Receitas de Serviços:

O reconhecimento das receitas auferidas, no caso das receitas tarifárias, se dá pela tarifação do fluxo ou movimentação de veículos quando da efetiva utilização dos serviços:

- O tráfego no ano de 2020 foi muito impactado pelas medidas restritivas no combate ao COVID-19. Com o avanço das vacinações e com a diminuição dos casos, podemos notar uma retomada no tráfego, quando comparamos o 3º trimestre de 2021 com o mesmo período em 2020, registramos um aumento de 10,6%, já no acumulado dos noves meses a recuperação foi de 12,4%.

Manutenção dos Negócios:

Comitê de Gestão de Crises – áreas participantes e forma de atuação:

A Companhia instalou um Comitê de Gestão de Crises para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados ao Corona vírus com o objetivo de, dentre outros:

- Acompanhar os impactos causados pela pandemia nos setores de atuação;
- Traçar e definir as ações para mitigar esses impactos;
- Avaliar e implementar medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Corona vírus para os colaboradores, familiares bem como para os usuários dos ativos sob gestão da Companhia.

O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Corona vírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos:

1º) Preservação da saúde e segurança das pessoas

- Adoção do *Home Office* para os colaboradores onde esta modalidade for possível;
- Afastamento dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco;
- Adoção das medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações;
- Promover comunicação regular e transparente com todos os colaboradores; e
- Veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19, por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais da Companhia.

2º) Comunicação com *Stakeholders*

- Manter o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Corona vírus nos negócios da Companhia;
- Estreitar relações com a cadeia de fornecedores, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais para a continuidade dos negócios;
- Revisão junto aos credores dos termos e condições pactuadas em contratos financeiros;
- Conversas estruturadas juntos aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão; e

3º) Revisar a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios

- Avaliação do caixa e de necessidade de liquidez no curto e médio prazo;
- Monitoramento e resposta rápida aos riscos operacionais e financeiros;
- Acompanhamento e desenvolvimento de alternativas para a cadeia de suprimentos;
- Análise do impacto da crise no orçamento e no planejamento e continuidade dos negócios; e
- Monitoramento das iniciativas de suporte para as empresas e sociedade promovidas pelos governos, órgãos públicos e bancos de desenvolvimento.

4º) Resiliência e preparação para a recuperação

- Executar a estratégia de negócios revisada e seguir monitorando a situação;
- Tomar decisões e promover ações considerando um cenário de recuperação à frente; e
- Reavaliar e recalibrar as oportunidades de negócios.

Providências que estão sendo tomadas para preservar a saúde financeira da Companhia:

As ações voltadas para a saúde financeira e liquidez da Companhia face aos efeitos adversos nos negócios consequentes da pandemia do Corona vírus, estão divididas em 2 momentos, quais sejam:

1º) Ações no curto prazo trazendo alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão mensal do orçamento previsto para o ano corrente objetivando a manutenção dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Renegociação com fornecedores;

2º) Reestruturação do endividamento da Companhia, vide cronologia e detalhamento a seguir:.

Nos termos da carta de intenções para aquisição facultativa da CART, datada de 23 de setembro de 2021, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal Valor Econômico, ambos no dia 23 de setembro de 2021, e Comunicado ao Mercado da CART, datado de 18 de outubro de 2021, ocorreu, em 25 de outubro de 2021, a liquidação da oferta de aquisição facultativa das debêntures da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Companhia, onde 73,57% dos debenturistas aderiram à referida oferta de aquisição facultativa, conforme os informativos e procedimentos tratados junto à B3 e ao banco liquidante das referidas debêntures.

Nos termos do Comunicado ao Mercado da CART, datado de 31 de maio de 2021, a Companhia realizou a liquidação em 2 (duas) tranches, finalizada em 25 de outubro de 2021, da oferta da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, as quais foram objeto de oferta pública em regime de garantia firme de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada de tempos em tempos ("Instrução CVM 476") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”) (“Debêntures”, “Emissão” e “Oferta”, respectivamente) mediante a celebração do “Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.”, entre a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) e a Companhia (“Escritura de Emissão”), conforme características gerais abaixo.

Foram ofertadas 105.000 (cento e cinco mil) Debêntures, em série única.

Na data de emissão das Debêntures, o valor nominal unitário foi de R$ 10 (dez mil reais), totalizando R$ 1.050.000 (um bilhão e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será em dezembro de 2035. As Debêntures ofertadas contam, compartilhadas com outras dívidas, com as seguintes garantias: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora de titularidade da Infraestrutura Brasil Holding II S.A., termos previstos no Contrato de Penhor de Ações, conforme aditado; e (ii) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia, decorrentes da concessão de serviço público de exploração e operação da rodovia denominada Raposo Tavares (“Concessão”) e do Contrato ARTESP nº 002/ARTESP/2009, celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP em 19 de março de 2009, conforme alterado, bem como todos os direitos creditórios sobre todos os valores a serem depositados e mantidos na conta centralizadora e conta para pagamento do serviço da dívida das

Debêntures, nos termos do Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

As Debêntures foram distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação prestada pelo Coordenador Líder.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão serão utilizados para nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, e do Decreto 8.874, no reembolso de despesas efetuadas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta e no pagamento futuro para amortização de parcelas futuras das dívidas contratadas pela Emissora, com o intuito de pré-pagar, liquidar, recomprar e/ou resgatar as dívidas contratadas, para financiar o projeto de concessão, investimento e operação da Concessão ("Projeto"), conforme detalhado na Escritura de Emissão.

A Emissão conta com tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431, conforme aprovado na Portaria nº 777 do Ministério de Infraestrutura, de 28 de junho de 2021, publicada em 01 de julho de 2021 no Diário Oficial da União.

Demais condições e prazos da Oferta foram divulgados na ata da referida Reunião do Conselho de Administração, a qual foi disponibilizada no site da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), bem como no site da Companhia (https://ri.cartsp.com.br/Default.aspx), nos termos da legislação aplicável.

Adicionalmente, cabe ressaltar:

Não haverá aumento no endividamento liquido da Companhia, permanecendo o mesmo montante, acrescido dos custos envolvidos na reestruturação.

Tendo como base o comunicado realizado a mercado, os títulos recomprados e que hoje encontram-se em Tesouraria não serão recolocados a mercado e terão sua contabilização definida com base nas boas práticas e regramento contábil.

A operação resultante não gerará pressão adicional sobre os covenants.

Avaliação de ativos não financeiros

Sob o âmbito regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu o Parecer nº 261/2020 à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, no qual conclui que a pandemia declarada pela OMS em maio de 2020 se enquadra no conceito de força maior.

Sendo assim, a avaliação da Companhia é que os contratos devam ser reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e que tais reequilíbrios sejam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários, bem como a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificados eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada nos ativos financeiros para o fechamento das informações intermediárias de 30 de setembro de 2021.

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperação do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social, e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que, até o momento, possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista um potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo experimentam.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
VEPs[1]	**13.940**	**12.603**	**10,6%**	**38.753**	**34.484**	**12,4%**
Veículos Leves	3.910	3.483	12,2%	10.765	10.015	7,5%
Veículos Pesados	10.030	9.120	10,0%	27.988	24.469	14,4%
Tráfego[2]	**6.315**	**5.684**	**11,1%**	**17.508**	**16.014**	**9,3%**
Veículos Leves	3.953	3.527	12,1%	10.895	10.147	7,4%
Veículos Pesados	2.244	2.048	9,6%	6.280	5.554	13,1%
Veículos Isentos	117	109	7,8%	333	313	6,2%
Tarifa Média (R$)	**8,83**	**8,06**	**9,6%**	**8,04**	**8,04**	**0,0%**

[1] VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

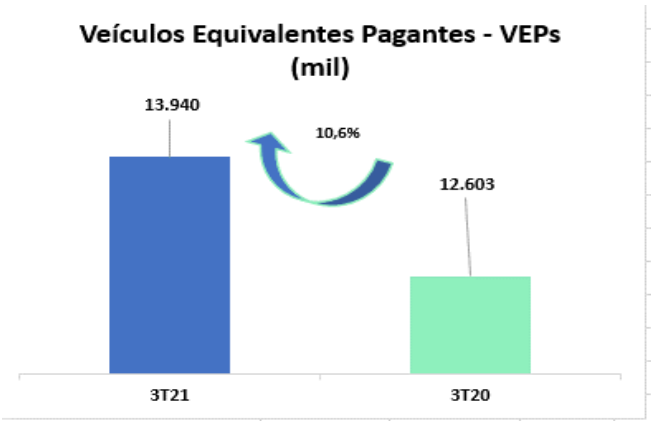
[2] Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
período (Set/21 sobre Set/20): Brasil	2,9%	-0,6%	1,9%
3º trimestre (Jul-Set/21 sobre Jul/Set/20): Brasil	37,4%	34,3%	36,5%
Acumulado no ano (Jan-Set/21 sobre Jan-Set/20): Brasil	11,5%	9,4%	10,9%

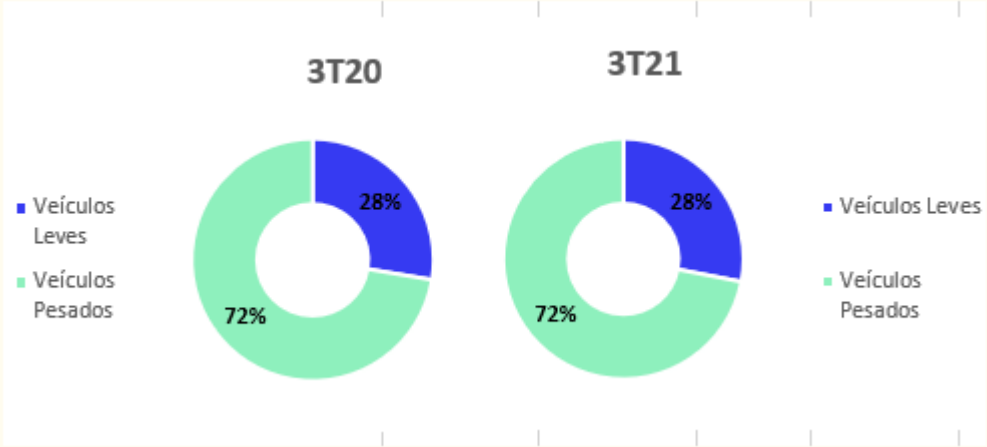
[1]Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

[2] Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: http://www.abcr.org.br

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 10,9% no fluxo total de veículos no ano comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para a circulação de 11,5% em veículos leves e 9,4% em veículos pesados.



Em consequência da campanha de vacinação e a diminuição no número de casos, a Companhia quantificou uma recuperação nos veículos equivalentes pagantes – VEP comparando os trimestres (3T21 vs 3T20), na ordem de 10,6%. A performance de veículos pesados representa cerca de 72,0% do tráfego e apresentou aumento de 10,0%. Em veículos leves o aumento foi de 12,2% comparado ao 3T20.



DESEMPENHO OPERACIONAL

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R$ mil)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
Receita						
Receitas com Pedágio	123.181	101.324	21,6%	326.630	277.346	17,8%
Receitas Acessórias	4.747	4.474	6,1%	13.351	13.162	1,4%
Receita Bruta	**127.928**	**105.798**	**20,9%**	**339.981**	**290.508**	**17,0%**
Deduções da Receita Bruta	(11.013)	(9.108)	20,9%	(29.268)	(25.009)	17,0%
Receita de Construção (IFRS)	49.468	27.348	n.m	134.414	65.780	n.m
Receita Líquida Ajustada[1]	**116.915**	**96.690**	**20,9%**	**310.713**	**265.499**	**17,0%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada do 3T21 apresentou uma variação positiva de 20,9% frente ao 3T20. Nas Receitas com Pedágio, este aumento é explicado pelo reajuste tarifário de 8,06% em referência ao 3T20, além da recuperação no tráfego entre leves e pesados de 10,6% frente ao 3T20.

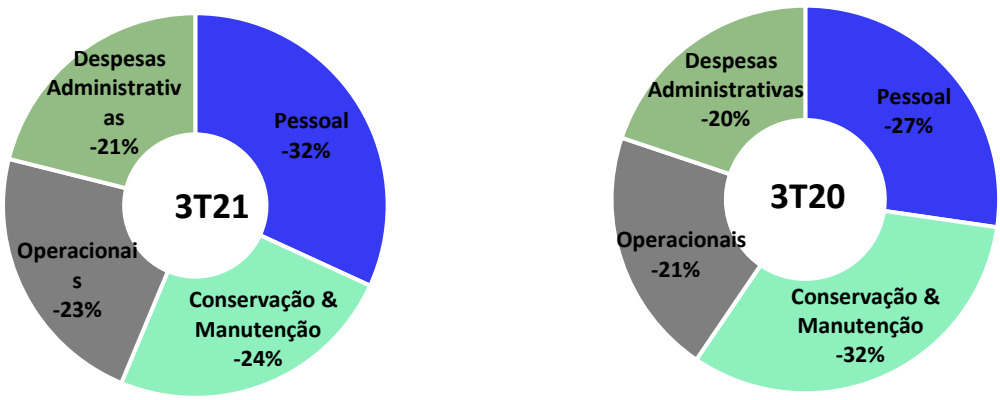
CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R$ mil)	3T21	3T20	Δ	9M21	9M20	Δ
Pessoal	(11.449)	(9.202)	24,4%	(36.992)	(26.342)	40,4%
Conservação & Manutenção	(8.790)	(10.862)	-19,1%	(24.779)	(31.162)	-20,5%
Operacionais	(8.128)	(6.963)	16,7%	(24.380)	(23.000)	6,0%
Despesas Administrativas	(7.587)	(6.689)	13,4%	(18.187)	(19.065)	-4,6%
Custos & Despesas Administráveis	**(35.955)**	**(33.716)**	**6,6%**	**(104.338)**	**(99.569)**	**4,8%**
Outorga Variável	(3.838)	(3.174)	20,9%	(10.199)	(8.715)	17,0%
Depreciação & Amortização	(34.437)	(29.774)	15,7%	(98.059)	(89.221)	9,9%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(74.230)**	**(66.664)**	**11,3%**	**(212.596)**	**(197.505)**	**7,6%**
Custo de Construção (IFRS)	(49.468)	(27.348)	80,9%	(134.414)	(65.780)	104,3%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.184)	(8.184)	0,0%	(24.551)	(24.551)	0,0%
Custos & Despesas Operacionais	**(131.882)**	**(102.196)**	**29,0%**	**(371.561)**	**(287.836)**	**29,1%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

O aumento em Pessoal se deu em função da reestruturação de atividades decorrentes da mudança no controle acionário e primarizações de atividades, antes terceirizadas, mesmo motivo pelos quais ocorreram variações nos agrupamentos de conservação e manutenção. Os custos operacionais aumentaram em decorrência da retomada do tráfego na rodovia. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis



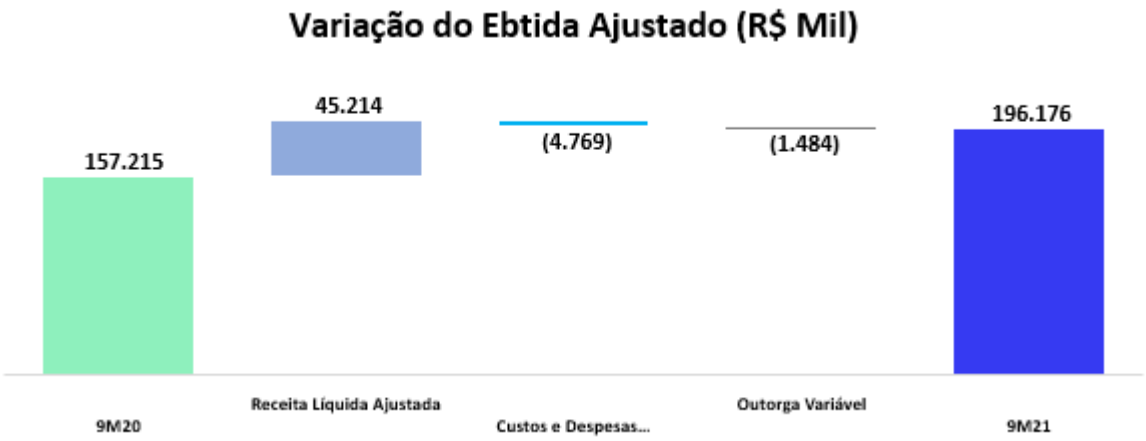
EBITDA e Margem EBITDA

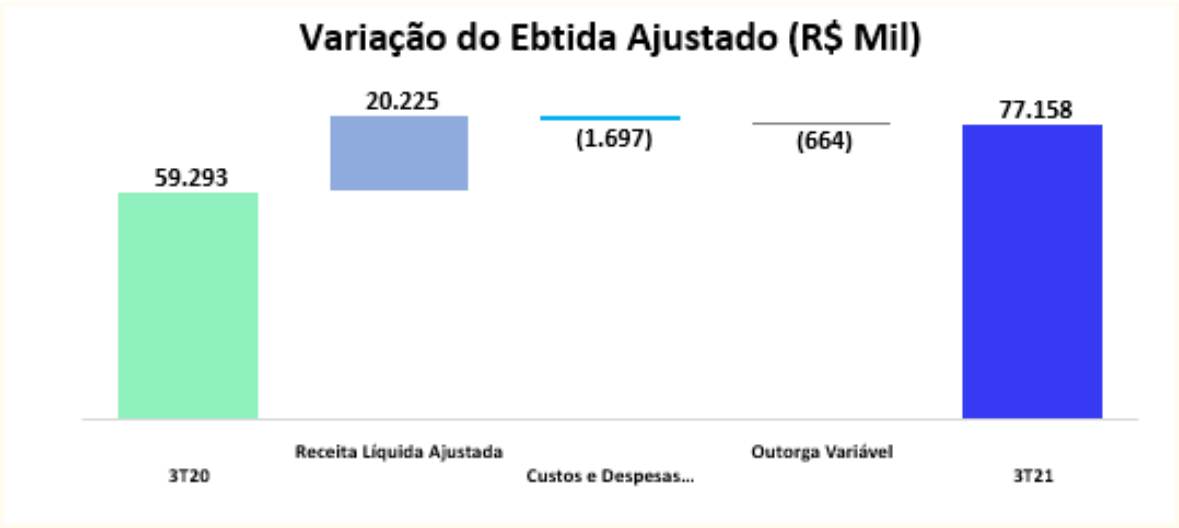
EBITDA E MARGEM EBITDA (R$ mil)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	(12.966)	(16.600)	-21,9%	(49.170)	(48.119)	2,2%

Resultado Financeiro Líquido	54.679	39.253	39,3%	150.833	95.518	57,9%
IRPJ & CSLL	(7.176)	(1.318)	444,5%	(28.097)	(3.956)	610,2%
Depreciação e Amortização	34.437	29.774	15,7%	98.059	89.224	9,9%
EBITDA ICVM 527	**68.974**	**51.109**	**35,0%**	**171.625**	**132.667**	**29,4%**
Margem EBITDA	**38,9%**	**38,4%**	**0,5 pp**	**36,2%**	**37,2%**	**-1,1 pp**
Provisão de Manutenção (IFRS)	8.184	8.184	0,0%	24.551	24.551	0,0%
EBITDA Ajustado[1]	**77.158**	**59.293**	**30,1%**	**196.176**	**157.218**	**24,8%**
Margem EBITDA Ajustada[1]	**66,0%**	**61,3%**	**4,7 pp**	**63,1%**	**59,2%**	**3,9 pp**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado do 3T21 foi de R$ 77,2 milhões, aumento de 30,1% comparado ao mesmo período de 2020. Este aumento é explicado pela melhora no tráfego da rodovia no período e pelo aumento tarifário em julho/21.





RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R$ mil)	3T21	3T20	Δ	9M21	9M20	Δ
Resultado Financeiro	**(54.679)**	**(39.253)**	**39,3%**	**(150.833)**	**(95.518)**	**57,9%**
Receitas Financeiras	**5.033**	**912**	**451,8%**	**10.290**	**2.838**	**262,6%**
Juros sobre aplicações financeiras	4.521	899	402,8%	9.575	2.712	253,1%
Outros	512	13	3838,9%	715	126	467,3%
Despesas Financeiras	**(59.712)**	**(40.165)**	**48,7%**	**(161.123)**	**(98.356)**	**63,8%**
Comissões e despesas bancárias	(163)	(181)	-10,0%	(486)	(632)	-23,0%
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(15.548)	(7.852)	98,0%	(30.132)	(24.426)	23,4%
Variação monetária passiva	(7.178)	(14.014)	-48,8%	(70.551)	(22.147)	218,6%
Juros sobre debêntures	(35.105)	(18.110)	93,8%	(53.671)	(51.031)	5,2%
Outros	(1.718)	(8)	21379,0%	(6.283)	(120)	5135,8%

Inflação e Juros	3T21	3T20	Δ
IPCA Últimos 12 meses	10,25%	3,14%	**7,1 pp**
CDI do Período	2,52%	2,59%	**-0,1 pp**
CDI Acumulado Últimos 12 meses	3,01%	2,97%	**0,0 pp**
TJLP do Período	4,88%	4,91%	**-0,0 pp**
TJLP Média Últimos 12 meses	4,61%	5,13%	**-0,1 pp**

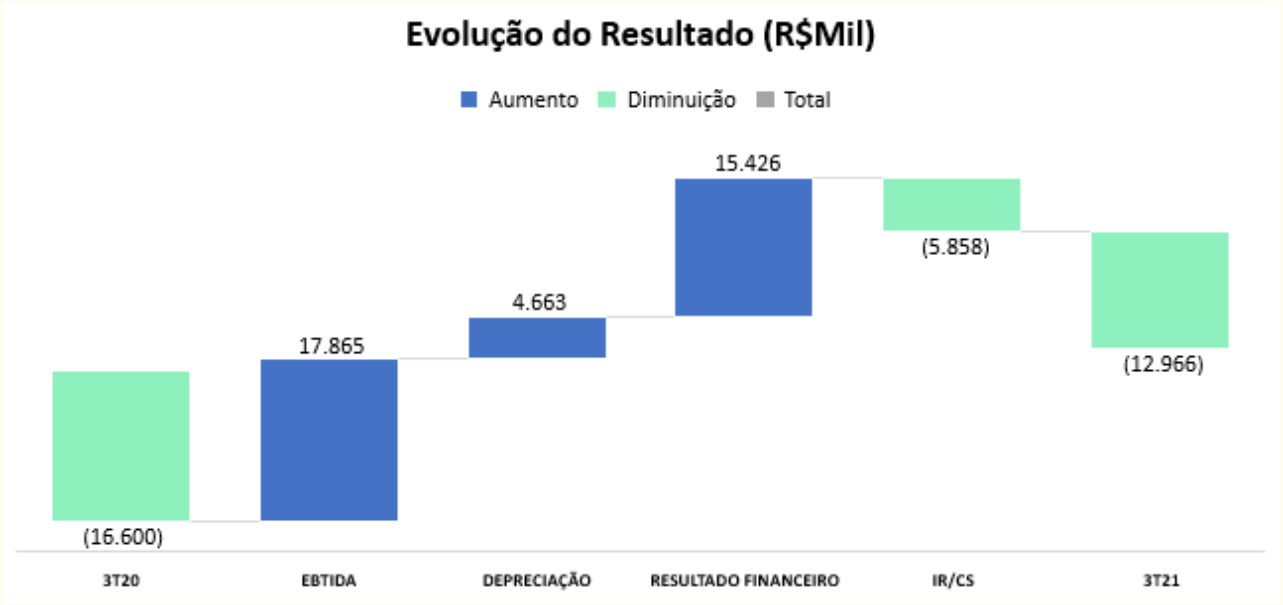
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo | IBGE
CDI - Taxa de juros DI - Portal de Finanças - 2020/2021 (portaldefinancas.com)

O Resultado Financeiro Líquido teve um incremento de 39,3% no 3T21 comparado ao 3T20, principalmente por conta do aumento dos índices macroeconômicos.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R$ mil)	3T21	3T20	Δ	9M21	9M20	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	(12.966)	(16.600)	-21,9%	(49.170)	(48.119)	2,2%

O resultado do 3T21 foi de Prejuízo Líquido de R$ 13,0 milhões, melhor quando comparado ao resultado do 3T20, explicada principalmente pela melhora da receita líquida combinada com a constituição de IR/CS diferido.

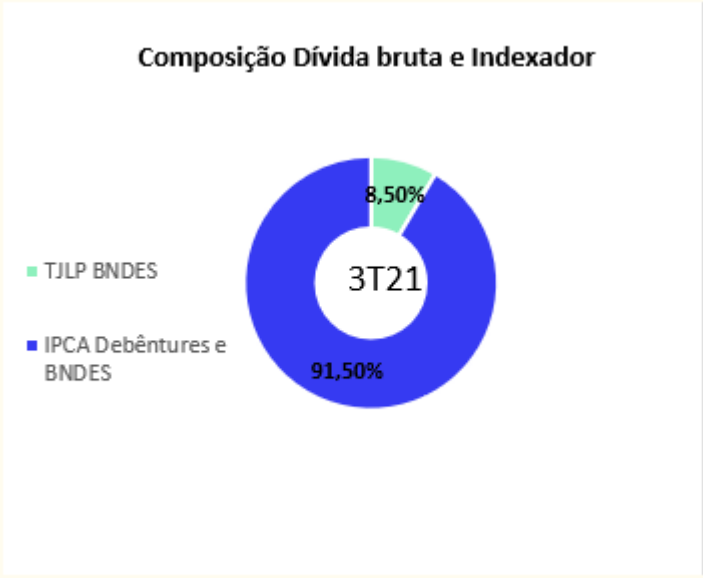


DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R$)	3T21	3T20	Δ
Dívida Bruta	**(1.392.955)**	**(1.453.012)**	**-4,13%**
Curto Prazo	**(287.326)**	**(247.721)**	**15,99%**
Empréstimos e Financiamentos	(103.963)	(151.258)	-31,27%
Debêntures	(183.363)	(96.463)	90,09%
Longo Prazo	**(1.105.629)**	**(1.205.291)**	**-8,27%**
Empréstimos e Financiamentos	(180.297)	(245.435)	-26,54%
Debêntures	(925.332)	(959.856)	-3,60%

Disponibilidades	**367.850**	**218.272**	**68,53%**
Caixa e equivalentes de caixa	167.999	62.335	169,51%
Aplicações Financeiras Vinculadas[1]	199.851	155.937	28,16%
Dívida Líquida Ajustada	**(1.025.105)**	**(1.234.740)**	**-16,98%**

[1] *Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados*



No 3ºT21, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R$ 1,025 bilhões, representando uma redução de 17,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução ocorreu em função do fluxo de amortização de dívida e pelo aumento no saldo de caixa

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R$ mil)	3T21	3T20	Δ	9M21	9M20	Δ
Investimento Total	**87.749**	**27.665**	**217,18%**	**145.853**	**99.345**	**46,81%**
Imobilizado	**5.623**	**274**	**1952,19%**	**10.675**	**4.012**	**166,08%**
Intangível	**82.126**	**27.391**	**199,83%**	**135.178**	**95.333**	**41,80%**
Direito de Concessão (Investimento)	82.126	27.391	199,83%	135.178	95.333	41,80%

No 3T21 foram investidos R$86,6 milhões destinados principalmente, às revitalizações viárias, além dos equipamentos primarizados.

SOBRE A COMPANHIA

A CART



A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.



O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. Por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R$ mil)	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	▲	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	▲
Receita operacional líquida	445.127	331.279	34,4%	166.384	124.038	34,1%
Custo dos serviços prestados	(335.937)	(258.664)	29,9%	(119.562)	(92.460)	29,3%
LUCRO BRUTO	**109.190**	**72.615**	**50,4%**	**46.822**	**31.578**	**48,3%**
Receitas (despesas) operacionais						
Gerais e administrativas	(35.747)	(29.282)	22,1%	(12.319)	(10.253)	20,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	123	110	11,6%	34	10	240,0%
RESULTADO OPERACIONAL	**73.566**	**43.443**	**69,3%**	**34.537**	**21.335**	**61,9%**
Receitas financeiras	10.290	2.838	262,6%	5.033	912	451,9%
Despesas financeiras	(161.123)	(98.356)	63,8%	(59.712)	(40.165)	48,7%
RESULTADO FINANCEIRO	**(77.267)**	**(52.075)**	**48,4%**	**(20.142)**	**(17.918)**	**12,4%**
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(77.267)	(52.075)	48,4%	(20.142)	(17.918)	12,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.097	3.956	610,2%	7.176	1.318	444,5%
PREJUÍZO DO PERÍODO	**(49.170)**	**(48.119)**	**2,2%**	**(12.966)**	**(16.600)**	**-21,9%**
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R$)	- 0,006	- 0,007		- 0,002	- 0,002	

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R$ Mil)	2021	2020
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	167.999	375.706
Contas a receber	28.098	27.193
Estoques	3.955	2.004
Tributos a recuperar	2.475	1.152
Adiantamentos	2.311	4.859
Partes relacionadas	63	115
Total do Circulante	**204.901**	**411.029**
Ativo não Circulante		
Impostos diferidos ativos	398.095	369.154
Depósitos judiciais	17.253	19.637
Outros	9	9
Imobilizado	14.598	6.170
Intangível em andamento	171.064	166.995
Intangível	2.170.693	2.136.475
Total do Não Circulante	**2.771.712**	**2.698.440**

Passivo (R$ Mil)	2021	2020
Passivo Circulante		
Fornecedores	27.581	28.287
Empréstimos e financiamentos	103.963	129.041
Debêntures	22.523	127.210
Tributos a recolher	5.224	4.292
Obrigações com empregados e administradores	9.340	6.289
Concessão de serviço público	1.292	1.157
Partes relacionadas	348	262
Receita Diferida	8.472	12.697
Provisão para manutenção	160.032	-
Outros	563	74
Total do Circulante	**339.338**	**309.309**
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	141.286	170.607
Debêntures	925.332	857.262
Provisão para riscos processuais	83.639	82.854

TOTAL DO ATIVO	**2.976.613**	**3.109.469**

Receita diferida	36.014	36.925
Provisão para manutenção	13.639	165.977
Total do Não Circulante	**1.199.910**	**1.313.626**
TOTAL DO PASSIVO	**1.539.248**	**1.622.935**
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.727.500	1.560.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	493.200	660.200
Prejuízos Acumulados	(783.335)	(734.165)
Total do Patrimônio Líquido	**1.437.365**	**1.486.535**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.976.613**	**3.109.469**

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2021: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

***

Rene Pinto da Silva

Presidente

Gilson De Oliveira Carvalho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Daniel Rodrigo Lavorini

Contador CRC 1SP241985

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 OPERAÇÕES DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas

Notas Explicativas

praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$133.594 (capital circulante líquido positivo de R$101.720 em 31 de dezembro de 2020), em decorrência da aprovação do ciclo de conserva especial pela Agência reguladora, em maio o conselho de administração da Companhia iniciou suas contratações e obras para esta manutenção. Assim, desde 2020, a CART preparava-se sendo capitalizada pelo seu acionista para honrar com suas obrigações de curto prazo.

Em complemento a geração de fluxo de caixa das operações projetado, para a concretização do seu plano de negócio, a Companhia concluiu em outubro de 2021 a reestruturação do seu endividamento, vide nota explicativa 23.

Até 30 de abril de 2020, a CART era uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.

Após o cumprimento das condições precedentes, previstas no contrato de compra e venda de ações, incluindo as aprovações dos credores da CART e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a INVEPAR vendeu a sua participação na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

Dessa forma, em 30 de abril de 2020 foi realizada a transferência de 100% (cem por cento) das ações de emissão da CART detidas pela INVEPAR para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

1.2 Efeitos da pandemia da COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões adotadas pelo Brasil e o mundo, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Entretanto, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, já houve um aumento de 12,4% no tráfego, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, como demonstrado no quadro abaixo devido ao aumento gradativo do tráfego com o avanço da campanha de vacinação COVID-19:

VEP mil*	30/09/2021	30/09/2020	Var. %
	38.752	34.484	12,4

VEP mil* - Veículos equivaletes pagantes expresso em (1.000)

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da

Notas Explicativas

Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas, com resultados que já podem ser verificados neste período e que tendem a ser ampliados ao longo dos próximos meses. Ao longo deste período, a administração da Companhia fez alguns avanços nessas frentes e acredita no sucesso de algumas das renegociações em curso, conforme mencionado na nota explicativa 23.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

A Companhia continua revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazo, visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos.

b.1) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital oriundos dos recebimentos de recursos provenientes do acionista, no montante total de R$493.200;

- Alterado o processo de compras alongando os prazos de pagamento com fornecedores gerando eficiência de caixa sem rupturas no processo de fornecimento;

- Foram adotadas medidas oferecidas no ano de 2020 pelo Governo Federal, com relação aos tributos a recolher. A Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição Previdenciária Patronal, das competências de março, abril e maio de 2020, cujos pagamentos foram realizados em agosto, outubro e novembro, respectivamente, conforme instrução po meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020 (vide Nota explicativa nº 5.c);

- Ainda, houve ação de postergação de pagamentos junto ao BNDES. Adesão, a partir de 15 de abril de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil. Esta ação emergencial já está regular, com os devidos pagamentos capitalizados e amortizados durante a vigência do contrato (vide Nota explicativa nº 10).

- Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para os próximos anos dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios.

b.2) Foram executadas todas as ações de médio e longo prazo, visando o equilíbrio da situação financeira e da obtenção de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

- Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão: Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes, buscando o restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, em função dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus.

Como já mencionado anteriormente, a Companhia vem realizando diferentes iniciativas, para solucionar a estrura de capital uma vez que a estrutura de custo já esta adequaqua e desta forma preservar a capacidade de continuidade plena dos negócios pelo prazo remanescente da concessão. A Companhia entende que todas essas medidas adotadas combinadas com a reestruturação do seu endividamento, vide nota explicativa 23, serão suficientes para preservar o fluxo de caixa operacional e para fazer frente as suas obrigações pelos próximos anos.

Adicionalmente, em virtude da pandemia da COVID-19, a Companhia monitora o comportamento e gerenciamento da sua carteria de clientes, não sendo esperado impactos relevantes. São monitorados também os demais componentes do ativo da Companhia, tais como: ativo intangível e ativo fiscal diferido, para os quais não há impactos relevantes.

O crescimento no tráfego do período, deve-se, principalmente, à flexibilização das medidas de isolamento social no combate a COVID-19. Entretanto, a Companhia, através de seu Comitê de Gestão de Crise, monitoram com muita atenção os avanços no combate, bem como o surgimento de novas variantes que possam vim a impactar seus negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) -Demonstração Intermediária, e a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Report emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das informações contábeis intermediárias.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2020 não foram

Notas Explicativas

repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das Informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As emissões das Informações contábeis intermediárias foram autorizadas e aprovadas pela Administração em 16 de novembro de 2021.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Informações contábeis intermediárias, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Companhia durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "*International Accounting Standards Board* – IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Informações contábeis intermediárias.

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 09, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
(c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
(d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS16).
(e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS3).
(f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS1).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.918	5.237
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	164.081	370.469
Total de caixa e equivalentes de caixa	167.999	375.706

As aplicações financeiras consideradas como caixa e equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 30 de setembro de 2021 , as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 101,15 % do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99,50% em 31 de dezembro de 2020).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 21.

4. CONTAS A RECEBER

	30/09/2021	31/12/2020
AVI (*)	23.613	20.652
Vale pedágio	1.871	1.289
Locação de fibra óptica	687	4.002
Outros	1.927	1.250
Total	28.098	27.193

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 25 dias.

	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos		
			< 30 dias	31 - 60 dias	91 - 120 dias
30 de setembro de 2021	28.098	28.098	-	-	-
31 de dezembro de 2020	27.193	27.193	-	-	-

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O prazo médio de vencimento é de 25 dias.

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 21.

Notas Explicativas

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	30/09/2021	31/12/2020
IRRF sobre aplicações financeiras	2.306	1.100
Saldo negativo do imposto de renda	844	-
Outros	169	52
Total circulante	3.319	1.152

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020	01/01/2021 a 30/09/2021 (9 meses)	01/01/2020 a 30/09/2020 (9 meses)	01/07/2021 a 30/09/2021 (3 meses)	01/07/2020 a 30/09/2020 (3 meses)
Prejuízo fiscal	268.434	261.686	6.748	-	(731)	-
Base negativa	96.636	94.484	2.152	-	(541)	-
Provisão para manutenção	59.048	56.432	2.616	-	(2.949)	-
Provisão para contingências	6.202	5.642	560	-	(475)	-
Outras diferenças temporárias	24.758	11.708	13.050	-	11.045	-
Total do ativo fiscal diferido	455.079	429.953	25.128	-	6.350	-
Amortização de direito de concessão	(40.567)	(42.306)	1.739	1.739	580	580
Custo de Captação	(8.242)	(9.088)	846	1.838	118	617
Margem de construção	(7.389)	(7.706)	317	316	106	105
Margem de construção (Lei 12.973)	(1.630)	(1.699)	67	63	22	16
Total do passivo fiscal diferido	(57.828)	(60.799)	2.969	3.956	826	1.318
Total	397.251	369.154	28.097	3.956	7.176	1.318

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Notas Explicativas

	30/09/2021	31/12/2020
2022	32.951	32.951
2023 a 2025	121.209	121.209
2026 a 2028	300.919	275.793
Total dos ativos fiscais diferidos	455.923	429.953
Total dos passivos fiscais diferidos	(57.828)	(60.799)
Total dos impostos diferidos	397.251	369.154

c) Tributos a recolher

	30/09/2021	31/12/2020
PIS e COFINS	1.713	1.654
ISS	2.932	2.334
IRRF e CSRF	114	37
INSS sobre terceiros	465	267
Total circulante	5.224	4.292

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
	(9 meses)	(9 meses)	(3 meses)	(3 meses)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(77.267)	(52.075)	(20.142)	(17.918)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	26.271	17.706	6.848	6.092
Adições permanentes	(1.145)	(850)	(500)	(576)
Adições/exclusões temporárias	2.971	-	828	-
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	-	(12.900)		(4.198)
Imposto de renda e contribuição social resultado	28.097	3.956	7.176	1.318
Impostos diferidos	28.097	3.956	7.176	1.318
Total dos impostos diferidos	28.097	3.956	7.176	1.318
Aliquota efetuva	36%	7%	36%	7%

Notas Explicativas

6. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II, que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Brasil Holding VI e controladora final o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Ativo e Passivo

Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
			30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
EIXO	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	59	309	132
ENTREVIAS	Compartilhamento de despesas	Coligada	63	56	39	130
Total			63	115	348	262

Resultado

Parte relacionada	Transação	Relação	Despesa	Despesa	Despesa	Despesa
			01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
			(9 meses)	(9 meses)	(3 meses)	(3 meses)
INVEPAR (i)	Compartilhamento de despesas	Controlada	-	7.880	-	-
EIXO (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	433	-	22	-
ENTREVIAS (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	688	-	165	-
Total			1.121	7.880	187	-

(i) CSC – INVEPAR – na Holding anterior existiam unidades operacionais que apoiavam as empresas coligadas.
(ii) Partes relacionadas composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria Investidor.

Remuneração da Administração

Em 2021, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R$6.000 (idêntico em 2020). A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Notas Explicativas

Composição	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
	(9 meses)	(9 meses)	(3 meses)	(3 meses)
Pró-labore	681	378	255	121
Bônus variáveis	712	-	291	(510)
Encargos	270	207	111	156
Outros benefícios	52	28	-	(51)
	1.715	613	657	(284)

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2020	Adições	Baixas	30/09/2021
Custo					
Instalações	25	167	-	-	167
Máquinas e equipamentos	10	7.337	535	-	7.872
Móveis e utensílios	10	4.251	45	-	4.296
Veículos	5	4.089	8.377	(520)	11.946
Equipamentos de informática	5	43.569	1.677	-	45.246
Ferramentas e aparelhos	5	331	41	-	372
		59.744	10.675	(520)	69.899
Depreciação acumulada					
Instalações		(58)	(126)	-	(184)
Máquinas e equipamentos		(6.285)	(181)	-	(6.466)
Móveis e utensílios		(3.883)	(51)	-	(3.934)
Veículos		(3.472)	(784)	47	(4.209)
Equipamentos de informática		(39.550)	(630)	-	(40.180)
Ferramentas e aparelhos		(326)	(2)	-	(328)
		(53.574)	(1.774)	47	(55.301)
Imobilizado líquido		6.170	8.901	(473)	14.598

	Vida útil em anos	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo					
Instalações	25	165	2	-	167
Máquinas e equipamentos	10	6.482	855	-	7.337
Móveis e utensílios	10	4.149	102	-	4.251
Veículos	5	3.846	408	(165)	4.089
Equipamentos de informática	5	40.759	2.810	-	43.569
Ferramentas e aparelhos	5	331	-	-	331
		55.732	4.177	(165)	59.744
Depreciação acumulada					
Instalações		(51)	(7)	-	(58)
Máquinas e equipamentos		(5.893)	(392)	-	(6.285)
Móveis e utensílios		(3.807)	(76)	-	(3.883)
Veículos		(3.404)	(139)	71	(3.472)
Equipamentos de informática		(38.444)	(1.106)	-	(39.550)
Ferramentas e aparelhos		(326)	-	-	(326)
		(51.925)	(1.720)	71	(53.574)
Imobilizado líquido		3.807	2.457	(94)	6.170

* Nos 6 meses de 2020 a depreciação somou R$ 961.

Notas Explicativas

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

8. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO

	Vida útil em anos	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2021
Custo						
Software	5	12.426	158	-	-	12.584
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.354.060	135.020	(361)	(4.314)	2.484.405
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	-	634.000
		3.000.506	135.178	(361)	(4.314)	3.131.009
Amortização						
Software		(10.525)	(487)	-	-	(11.012)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(604.854)	(79.948)	-	-	(684.802)
Outorga fixa		(248.632)	(15.850)	-	-	(264.482)
Amortização acumulada		(864.031)	(96.285)	-	-	(960.316)
Total intangível sub total		2.136.475	38.893	(361)	(4.314)	2.170.693
Intangível em andamento (**)		166.995	-	(245)	4.314	171.064
Intangível líquido		2.303.470	38.893	(606)	-	2.341.757

* Nos 6 meses de 2020 a amortização somou R$ 62.659.

Notas Explicativas

	Vida útil em anos	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2020
Custo						
Software	5	10.713	1.629	-	84	12.426
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.296.004	58.056	-	-	2.354.060
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	-	634.000
		2.940.737	59.685	-	84	3.000.506
Amortização						
Software		(9.990)	(535)	-	-	(10.525)
Marcas e patentes		(18)	(2)	-	-	(20)
Direito de concessão		(508.765)	(96.089)	-	-	(604.854)
Outorga fixa		(227.498)	(21.134)	-	-	(248.632)
Amortização acumulada		(746.271)	(117.760)	-	-	(864.031)
Total intangível sub total		2.194.466	(58.075)	-	84	2.136.475
Intangível em andamento (**)		131.431	35.564	-	-	166.995
Intangível total		2.325.897	(22.511)	-	84	2.303.470

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(**) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem caracteristicas de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

9. FORNECEDORES

	30/09/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	23.456	20.397
Fornecedores provisão	4.125	7.890
Fornecedores	27.581	28.287

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados nota explicativa 21.

Notas Explicativas

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	30/09/2021
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	39.255
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	79.085
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	15/03/2023	32.945
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	17/03/2025	132.975
Subtotal				284.260
Aplicações financeiras vinculadas				(39.011)
Empréstimos e financiamentos líquidos				245.249
			Parcelas do circulante	103.963
			Parcelas do não circulante	141.286

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2020
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	22.146
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	58.886
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	96.013
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	15/03/2023	47.191
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	17/03/2025	158.520
Subtotal				382.756
Aplicações financeiras vinculadas				(83.108)
Empréstimos e financiamentos líquidos				299.648
			Parcelas do circulante	129.041
			Parcelas do não circulante	170.607

Notas Explicativas

	31/12/2020	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	30/09/2021
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	67.409	-	(58.546)	(7.414)	7.253	-	40.268	48.970
Sênior - BNDES - IPCA	61.633	-	(45.181)	(17.487)	16.955	5.924	33.149	54.993
Total	129.042	-	(103.727)	(24.901)	24.208	5.924	73.417	103.963
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	109.637	-	-	-	-	-	(40.268)	69.369
Sênior - BNDES - IPCA	144.077	-	-	-	-	-	(33.149)	110.928
Total	253.714	-	-	-	-	-	(73.417)	180.297
Total geral	382.756	-	(103.727)	(24.901)	24.208	5.924	-	284.260
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(83.108)							(39.011)
Dívida líquida	299.648							245.249

	31/12/2019	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2020
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	81.958	10.000	(53.914)	(9.327)	14.073	-	24.619	67.409
Sênior - BNDES - IPCA	58.186	-	(42.949)	(22.870)	23.335	3.749	42.182	61.633
Total	140.144	10.000	(96.863)	(32.197)	37.408	3.749	66.801	129.042
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	134.256	-	-	-	-	-	(24.619)	109.637
Sênior - BNDES - IPCA	186.259	-	-	-	-	-	(42.182)	144.077
Total	320.515	-	-	-	-	-	(66.801)	253.714
Total geral	460.659	10.000	(96.863)	(32.197)	37.408	3.749	-	382.756
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(71.304)							(83.108)
Dívida líquida	389.355							299.648

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 21.

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. As aplicações financeiras no montante de R$ 39.011 em 30 de setembro de 2021 (R$ 83.108 em 31

Notas Explicativas

de dezembro de 2020) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

	Taxa Média	Indexador	30/09/2021	31/12/2020
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com BNDES	100,50%	CDI	39.011	83.108

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 100,50% do CDI (em 31 de dezembro de 2020, a taxa média de 99,50% do CDI).

(**) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao "Subcrédito A", no montante de R$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. mais TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Em dezembro de 2020 foi liberado a parcela faltante do total contratado no valor de R$10.000 com data de vencimento para 17/03/2025.

Desta forma, o total crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas.

Ao todo a empresa dispõe de 34 subcréditos, dos quais 22 são indexados a TJLP + juros de 2,45% a.a. e 12 indexados a IPCA + juros de 2,45% a.a.+TR (que variam entre 6,16 a 7,28% a.a.).

Em outubro de 2021, a Companhia liquidou o seu endividamento com o BNDES, vide nota explicativa 23.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Notas Explicativas

11. DEBÊNTURES

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	30/09/2021
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	571.698
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	557.692
(-) Custos de transação - Debêntures				(20.695)
Subtotal				1.108.695
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(160.840)
Debêntures líquidas				947.855
Parcelas do circulante				22.523
Parcelas do não circulante				925.332

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2020
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	512.311
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	498.891
(-) Custos de transação - Debêntures				(26.730)
Subtotal				984.472
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				-
Debêntures líquidas				984.472
Parcelas do circulante				127.210
Parcelas do não circulante				857.262

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 21.

	31/12/2020	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	30/09/2021
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	135.277	-	-	-	47.637	8.466	-	191.380
Custos a amortizar	(8.067)	6.034	-	-	-	-	(5.984)	(8.017)
Total	127.210	6.034	-	-	47.637	8.466	(5.984)	183.363
Passivo não circulante								
Debêntures	875.925	-	-	-	-	62.086	-	938.011
Custos a amortizar	(18.663)	-	-	-	-	-	5.984	(12.679)
Total	857.262	-	-	-	-	62.086	5.984	925.332
Total geral	984.472	6.034	-	-	47.637	70.552	-	1.108.695
Aplicações financeiras vinculadas (*)	-							(160.840)
Dívida líquida	984.472							947.855

Notas Explicativas

	31/12/2019	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2020
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	57.806	-	(57.563)	(69.446)	52.847	18.770	132.863	135.277
Custos a amortizar	(7.220)	7.220	-	-	-	-	(8.067)	(8.067)
Total	50.586	7.220	(57.563)	(69.446)	52.847	18.770	124.796	127.210
Passivo não circulante								
Debêntures	965.236	-	-	-	-	43.552	(132.863)	875.925
Custos a amortizar	(26.730)	-	-	-	-	-	8.067	(18.663)
Total	938.506	-	-	-	-	43.552	(124.796)	857.262
Total geral	989.092	7.220	(57.563)	(69.446)	52.847	62.322	-	984.472
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(624)							-
Dívida líquida	988.468							984.472

(*) As aplicações financeiras no montante de R$ 160.840 em 30 de setembro de 2021 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020). As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples(**), que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 100,50% do CDI.

A cada início de trimestre, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a titulo de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

	Taxa Média	Indexador	30/09/2021	31/12/2020
Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado				
Compromissadas com Debêntures	100,50%	CDI	160.840	-

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$1,00, totalizando R$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série forma emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.
As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2021 é de R$20.695 (R$26.730 em 31 de dezembro de 2020).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "A-", ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em outubro de 2021, a Companhia reestruturou seu endividamento com seus debenturistas, vide nota explicativa 23.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;

ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;

iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;

iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Notas Explicativas

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 30 de setembro de 2021 é de R$1.292 (R$1.157 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o período findo em 30 de setembro de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 10.064 (R$ 8.723 em 30 de setembro de 2020) referente à outorga variável.

c) Garantias
A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R$46.427. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R$163.709. Vigência de 12 meses, endossada por mais 92 dias após o fim da vigência.

13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.
Composição do risco:

Movimentação dos riscos prováveis:

	30/09/2021		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	11.232	15.659	26.891
Cíveis	6.763	22.700	29.463
Tributária	-	858	858
Procedimentos Arbitrais	65.396	33.858	99.254
Ambiental	247	5.759	6.006
Total	83.638	78.834	162.472

Notas Explicativas

	31/12/2020		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	9.210	18.421	27.631
Cíveis	6.757	20.767	27.524
Tributária	-	737	737
Procedimentos Arbitrais	66.260	102.749	169.009
Ambiental	627	3.200	3.827
Total	82.854	145.874	228.728

Natureza do risco	31/12/2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	30/09/2021
Trabalhistas	9.210	3.690	(4.378)	2.710	11.232
Cíveis	7.384	3.950	(6.554)	2.230	7.010
Procedimentos Arbitrais (a)	66.260	-	-	(864)	65.396
Total	82.854	7.640	(10.932)	4.076	83.638

Natureza do risco	31/12/2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/12/2020
Trabalhistas	7.614	1.431	(831)	996	9.210
Cíveis	5.016	4.352	(2.558)	574	7.384
Procedimentos Arbitrais (a)	54.257	-	-	12.003	66.260
Total	66.887	5.783	(3.389)	13.573	82.854

a) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A. (anteriormente denominada OAS S.A.), com valor provisório atribuído de R$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R$350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo

Notas Explicativas

sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

Assim, considerando a necessidade de decisão por parte da câmara arbitral acerca da mencionada ordem judicial, houve a suspensão do prazo para a apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29 de março de 2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R$ 65.396 como provável, sendo o montante provisionado, apurado com apoio dos assistentes técnicos de Engenharia, os quais quantificaram e valorizaram as respectivas causas prováveis de perda. A provisão foi reconhecida como direito de concessão, sendo R$ 33.858 como possível e R$ 64.335, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 30 de setembro de 2021.

b) Depósitos Judiciais

Natureza Dep. Judiciais	30/09/2021	31/12/2020
Trabalhistas	3.641	4.441
Cíveis	8.995	8.417
Tributária	822	765
Ambiental	31	64
Regulatório	3.764	5.950
Total	17.253	19.637

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 30 de setembro de 2021, o montante é de R$ 3.641 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R$ 4.441).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021 o montante é de R$ 8.995 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R$ 8.417).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 30 de setembro de 2021 depósitos de natureza tributária no montante de R$ 822 (em 31 de dezembro de 2020 R$ 765), ambiental no montante de R$ 31 (em 31 de dezembro de 2020 R$ 64) e regulatória no montante de R$ 3.764 (em 31 de dezembro de 2020 R$ 5.950).

14. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do período pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receita de Telecomunicação	30/09/2021	31/12/2020
Circulante	8.472	12.697
Não Circulante	36.014	36.925
Total Receita Diferida	44.486	49.622

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são:

Provisão para Manutenção	31/12/2020	Adições	Consumo	Transferências	30/09/2021
Passivo Circulante	-	-	(16.857)	165.977	160.032
Passivo Não circulante	165.977	24.551	-	(165.977)	13.639
Total	165.977	24.551	(16.857)	-	173.671

Provisão para Manutenção	31/12/2019	Adições	Consumo	Transferências	31/12/2020
Passivo Não circulante	133.243	32.734	-	-	165.977
Total	133.243	32.734	-	-	165.977

Em junho de 2021, a Companhia reclassificou a obrigação reconhecida no Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante. Essa reclassificação está consubstanciada na aprovação dos projetos de Conservação Especial do Pavimento junto a agência reguladora, as quais ocorreram no 2º trimestre de 2021. Diante destas aprovações, tais valores foram submetidos e aprovados pela Administração da Companhia para o orçamento 2021/22.

Notas Explicativas

Provisão para Manutenção	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Passivo Não circulante	133.243	32.734	165.977
Total	133.243	32.734	165.977

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$1.560.500, representados por 6.864.138.862 ações, sendo 3.432.069.431 ações preferencias e 3.432.069.431 ações ordinárias, integralmente subscritas.

Em 15 de fevereiro de 2021, o Adiantamento de capital – AFAC realizado em 2019 no montante de R$167.000, foi aprovado pela agência reguladora ARTESP como aumento de capital, representados por 1.324.345.757 ações, sendo 662.172.878 ações preferencias e 662.172.879 ações ordinárias.

Em 30 de setembro de 2021, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$1.727.500, representados por 8.188.484.619 ações, sendo 4.094.242.309 ações preferenciais e 4.094.242.310 ações ordinárias, integralmente subscritas.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Acionistas	30/09/2021	31/12/2020
Infraestrutura Brasil Holding II S.A.	493.200	660.200
	493.200	660.200

No 1° trimestre de 2021, ocorreu a integralização em seu capital no valor de R$167.000 referente ao AFAC realizado no ano de 2019, permancecendo o valor de R$ 493.200 como Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC realizado no ano de 2020. O AFAC foi comunicado a Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP para a total integralização, na qual ocorreu em 19 de outubro de 2021, conforme mencionado na nota explicativa 23.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 30 de setembro de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Notas Explicativas

Receitas por natureza

	01/01/2021 a 30/09/2021 (9 meses)	01/01/2020 a 30/09/2020 (9 meses)	01/07/2021 a 30/09/2021 (3 meses)	01/07/2020 a 30/09/2020 (3 meses)
Receita de pedágio	326.630	277.346	123.181	101.324
Receitas acessórias	13.351	13.162	4.747	4.474
Outras receitas	-	-	-	-
Impostos, deduções e cancelamentos	(29.268)	(25.009)	(11.012)	(9.108)
Receita de serviços	310.713	265.499	116.916	96.690
Receita de construção	134.414	65.780	49.468	27.348
Receita total	445.127	331.279	166.384	124.038

Custos e despesas por natureza

	01/01/2021 a 30/09/2021 (9 meses)	01/01/2020 a 30/09/2020 (9 meses)	01/07/2021 a 30/09/2021 (3 meses)	01/07/2020 a 30/09/2020 (3 meses)
Pessoal	(36.992)	(26.342)	(11.449)	(9.202)
Conservação e manutenção	(24.779)	(31.162)	(8.790)	(10.862)
Despesas adminstrativas	(18.187)	(19.065)	(7.587)	(6.689)
Operacionais	(24.503)	(21.456)	(8.128)	(6.963)
Outorga variável	(10.199)	(8.715)	(3.838)	(3.174)
Custo de construção	(134.414)	(65.780)	(49.468)	(27.348)
Provisão de manutenção	(24.551)	(24.551)	(8.184)	(8.184)
Depreciação e amortização	(98.059)	(89.224)	(34.437)	(29.774)
Perda no recebimento de crédito e riscos	-	(1.651)	-	(517)
Outras receitas operacionais	123	110	34	10
	(371.561)	(287.836)	(131.847)	(102.703)
			–	
Custo de serviços prestados	(335.937)	(258.664)	(119.562)	(92.460)
Despesas gerais e administrativas	(35.747)	(29.282)	(12.319)	(10.253)
Outras receitas operacionais	123	110	34	10
	(371.561)	(287.836)	(131.847)	(102.703)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2021 a 30/09/2021 (9 meses)	01/01/2020 a 30/09/2020 (9 meses)	01/07/2021 a 30/09/2021 (3 meses)	01/07/2020 a 30/09/2020 (3 meses)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	9.575	2.712	4.520	899
Outros	715	126	513	13
Total receitas financeiras	10.290	2.838	5.033	912
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(485)	(632)	(163)	(181)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(30.132)	(24.426)	(15.548)	(7.852)
Variação monetária passiva	(70.552)	(22.147)	(7.178)	(14.014)
Juros sobre debêntures	(53.671)	(51.031)	(35.105)	(18.110)
Outros	(6.283)	(120)	(1.718)	(8)
Total despesas financeiras	(161.123)	(98.356)	(59.712)	(40.165)
Total resultado financeiro	(150.833)	(95.518)	(54.679)	(39.253)

Notas Explicativas

19. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2021 a 30/09/2021	**01/01/2020 a 30/09/2020**	**01/07/2021 a 30/09/2021**	**01/07/2020 a 30/09/2020**
	(9 meses)	(9 meses)	(3 meses)	(3 meses)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(49.170)	(48.119)	(12.966)	(16.600)
Número médio ponderado de ações	7.592.109	6.864.139	7.592.109	6.864.139
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	(0,006)	(0,007)	(0,002)	(0,002)

20. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

		Vigência			
Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	46.427	01/07/2021	16/06/2022	Ezze	(a)
Garantia funções operacionais	163.709	01/07/2021	16/06/2022	Ezze	(b)
Responsabilidade civil	61.269	06/07/2021	06/07/2022	AXA/XL	(c)
Riscos operacionais	163.000	06/07/2021	06/07/2022	Tokio	(d)
D & O	30.000	20/07/2021	20/07/2022	Austral	-
Auto Frota	Tabela FIPE	07/07/2021	07/07/2022	Sura	-
Drone	990	19/11/2020	19/11/2021	Essor	-
Garantia judicial execução fiscal	774	13/07/2020	13/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	3.874	21/07/2020	21/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	302	03/08/2020	03/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	506	12/08/2020	12/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	211	17/08/2020	17/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	604	19/08/2020	19/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	443	28/08/2020	28/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	65	17/09/2020	17/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	595	28/09/2020	28/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	308	04/11/2020	04/11/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	616	08/03/2021	08/03/2026	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	342	26/03/2021	26/03/2026	Pottencial	-

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente conforme demonstração abaixo:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros	30/09/2021 Valor justo	Custo amortizado	Nível
Ativos			
Aplicações financeiras	164.081	-	**2**
Depósitos judiciais	17.253	-	**2**
Contas a receber	-	28.098	
Partes relacionadas	63		**2**
Total do ativo	181.397	28.098	
Passivos			
Fornecedores	-	27.581	
Partes relacionadas	-	348	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.193.104	
Concessão de serviço público	-	1.292	
Total do passivo	-	1.222.325	

Instrumentos financeiros	31/12/2020 Valor justo	Custo amortizado	Nível
Ativos			
Aplicações financeiras	370.469	-	**2**
Depósitos judiciais	19.637	-	**2**
Contas a receber	-	27.193	
Partes relacionadas	115	-	**2**
Total do ativo	390.221	27.193	
Passivos			
Fornecedores	-	28.287	
Partes relacionadas	-	262	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.284.120	
Concessão de serviço público	-	1.157	
Total do passivo	-	1.313.826	

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras
Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos, conforme demonstrados nas notas explicativas, correspondentes 10 e 11.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresenta valores a receber de R$28.098 (R$27.193 em 31 de dezembro de 2020), sendo 90% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de

Notas Explicativas

pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

30 de setembro de 2021	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.193.104	1.570.852	569.877	1.000.975
Fornecedores	27.581	27.581	27.581	-
Concessão de serviço público	1.292	1.292	1.292	-

31 de dezembro de 2020	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.284.120	1.372.145	277.155	1.094.990
Fornecedores	28.287	28.287	28.287	-
Concessão de serviço público	1.157	1.157	1.157	-

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos

Notas Explicativas

nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	*50%*	*25%*	*50%*
DI Ativo (% ao ano)	7,65%	9,56%	11,48%	5,74%	3,83%
DI Passivo (% ao ano)	7,65%	9,56%	11,48%	5,74%	3,83%
TJLP (% ao ano)	5,32%	6,65%	7,98%	3,99%	2,66%
IPCA Passivo (% ao ano)	9,17%	11,46%	13,76%	6,88%	4,59%

Os indicadores utilizados para 2021 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de setembro de 2021, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	***Consolidado*** ***Exposição em 30/09/20201***	***Risco***	***Cenário provável***		***Valorização (R$)***		***Desvalorização (R$)***	
			(Nível 1)		***(Nivel 2)***	***(Nivel 3)***	***(Nivel 2)***	***(Nivel 3)***
			%	***Valor***	***25%***	***50%***	***25%***	***50%***
Ativos e passivos financeiros								
Caixas e equivalentes de caixa	167.999	CDI	7,65%	12.852	16.065	19.278	9.639	6.426
Aplicações financeiras vinculadas (*)	199.850	CDI	7,65%	15.289	19.111	22.933	11.466	7.644
BNDES	(118.339)	TJLP	5,32%	(6.296)	(7.870)	(9.443)	(4.722)	(3.148)
BNDES	(165.921)	IPCA	9,17%	(15.215)	(19.019)	(22.822)	(11.411)	(7.607)
Debênture (**)	(1.108.695)	IPCA	9,17%	(101.667)	(127.084)	(152.503)	(76.251)	(50.834)
Total	(1.025.106)			(95.038)	(118.797)	(142.557)	(71.279)	(47.519)
Impacto no resultado e patrimônio líquido					(23.759)	(47.519)	23.759	47.519

(*) Registrado no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 10 e 11).
(**) Inclui Custos a Amortizar.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em

variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas, adicionalmente, a Companhia reestruturou seu endividamento, vide nota explicativa 23.

22. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa, como por exemplo a aquisição de ativos pela assunção direta do passivo respectivo. Abaixo demonstrativo das aquisições:

	30/09/2021
Aquisições do Intangível	(135.178)
Aquisições do Intangível - Em aberto	3.369
	(131.809)

23.EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) 2º Emissão de debêntures

Como divulgado via comunicados ao mercado, em outubro de 2021 a Companhia concluiu a reestruturação do seu endividamento.

A cronologia e conteúdo das operações ocorreu conforme detalhamento a seguir:

Nos termos da carta de intenções para aquisição facultativa da CART, datada de 23 de setembro de 2021, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal Valor Econômico, ambos no dia 23 de setembro de 2021, e Comunicado ao Mercado da CART, datado de 18 de outubro de 2021, ocorreu, em 25 de outubro de 2021, a liquidação da oferta de aquisição facultativa das debêntures da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Companhia, onde 73,57% dos debenturistas aderiram à referida oferta de aquisição facultativa, conforme os informativos e procedimentos tratados junto à B3 e ao banco liquidante das referidas debêntures.

Nos termos do Comunicado ao Mercado da CART, datado de 31 de maio de 2021, a Companhia realizou a liquidação em 2 (duas) tranches, finalizada em 25 de outubro de 2021, da oferta da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real,

Notas Explicativas

em série única, da Companhia, as quais foram objeto de oferta pública em regime de garantia firme de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada de tempos em tempos ("Instrução CVM 476") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”) (“Debêntures”, “Emissão” e “Oferta”, respectivamente) mediante a celebração do “Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.”, entre a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) e a Companhia (“Escritura de Emissão”), conforme características gerais abaixo.

- Foram ofertadas 105.000 (cento e cinco mil) Debêntures, em série única.

- Na data de emissão das Debêntures, o valor nominal unitário foi de R$ 10 (dez mil reais), totalizando R$ 1.050.000 (um bilhão e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será em dezembro de 2035. As Debêntures ofertadas contam, compartilhadas com outras dívidas, com as seguintes garantias: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora de titularidade da Infraestrutura Brasil Holding II S.A., termos previstos no Contrato de Penhor de Ações, conforme aditado; e (ii) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia, decorrentes da concessão de serviço público de exploração e operação da rodovia denominada Raposo Tavares (“Concessão”) e do Contrato ARTESP nº 002/ARTESP/2009, celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP em 19 de março de 2009, conforme alterado, bem como todos os direitos creditórios sobre todos os valores a serem depositados e mantidos na conta centralizadora e conta para pagamento do serviço da dívida das Debêntures, nos termos do Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
- As Debêntures foram distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação prestada pelo Coordenador Líder.
- Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão serão utilizados para nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, e do Decreto 8.874, no reembolso de despesas efetuadas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta e no pagamento futuro para amortização de parcelas futuras das dívidas contratadas pela Emissora, com o intuito de pré-pagar, liquidar, recomprar e/ou resgatar as dívidas contratadas, para financiar o projeto de concessão, investimento e operação da Concessão (“Projeto”), conforme detalhado na Escritura de Emissão.
- A Emissão conta com tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431, conforme aprovado na Portaria nº 777 do Ministério de Infraestrutura, de 28 de junho de 2021, publicada em 01 de julho de 2021 no Diário Oficial da União.
- Demais condições e prazos da Oferta foram divulgados na ata da referida Reunião do Conselho de Administração, a qual foi disponibilizada no site da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), bem como no site da Companhia (https://ri.cartsp.com.br/Default.aspx), nos termos da legislação aplicável.

Adicionalmente, cabe ressaltar:

- Não haverá aumento no endividamento liquido da Companhia, permanecendo o mesmo montante, acrescido dos custos envolvidos na reestruturação.

Notas Explicativas

- Tendo como base o comunicado realizado a mercado, os títulos recomprados e que hoje encontram-se em Tesouraria não serão recolocados a mercado e terão sua contabilização definida com base nas boas práticas e regramento contábil.
- A operação resultante não gerará pressão adicional sobre os *covenants*.

(b) Integralização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de outubro de 2021, foi realizado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$493.200 (quatrocentos e noventa e três milhões, duzentos mil reais), mediante a capitalização de créditos oriundos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, através da emissão privada de 1.392.433 (um bilhão, trezentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil) novas ações ordinárias e 1.392.433 (um bilhão, trezentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal (“Aumento de Capital”), integralizadas pela sua única acionista Infraestrutura Brasil Holding II S.A; e

Em 25 de outubro de 2021, foi realizado o aumento do capital social da Companhia no valor adicional de R$ 85.700 (oitenta e cinco milhões e setecentos mil reais), mediante a emissão de 241.953 (duzentos e quarenta e um milhões, novecentas e cinquenta e três mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 241.953.698 (duzentos e quarenta e um milhões, novecentas e cinquenta e três mil, seiscentas e noventa e oito) ações preferenciais ”), integralizadas pela sua única acionista Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

***

Rene Pinto da Silva
Presidente

Gilson De Oliveira CarvalhoDiretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Daniel Rodrigo Lavorini
Contador CRC 1SP241985

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru – São Paulo

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes
Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de março de 2021, sem modificação e às demonstrações, do resultado, do resultado abrangente de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2020 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de novembro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 16 de novembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis relativa ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes, referente às demonstrações contábeis relativo ao período findo em 30 de setembro de 2021.